

## **TERMO DE REFERÊNCIA – SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de discos rígidos (HD) internos para Storage IBM, conforme descrição e quantidades abaixo:

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Item 01	Discos rígidos (HD) internos de 2,4 terabytes	12 (doze)

1.2. O objeto da contratação caracteriza-se como comum (aquele cujos padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – artigo 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021).

1.3 O serviço é do tipo compra imediata e integral (em até 30 dias da ordem de fornecimento), sem obrigações futuras.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 06 meses, a contar do empenho da despesa.

1.5 A contratação não será prorrogada.

### **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

2.1. Deverá ser fornecido disco rígido interno para armazenamento de dados em Storage IBM FlashSystem 5000 com as seguintes especificações:

2.1.1. Disco rígido com interface SAS de 12 Gb/s;

2.1.2. Capacidade de 2,4 TB;

2.1.3. Tamanho externo de 2,5;

2.1.4. Velocidade 10K RPM;

2.1.5. Compatível com Storage IBM FileSystem 5000;

2.1.6. PARTNUMBER 2072-AL6B;

2.1.7 ID do Produto AL15SEB24EP.

2.2. Houve dispensa do Estudo Técnico Preliminar, visto tratar-se de contratação cujo valor se enquadra no limite do inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme o art. 9º do Provimento nº 104/2023 - PGJ.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A contratação visa à ampliação da capacidade de armazenamento atual do Storage IBM FlashSystem 5000, com a finalidade de atender ao constante aumento de dados gerados. Ainda, para fins de atender as demandas de armazenamento de relatórios gerados a partir das ferramentas forenses de extração de dados de mídias e dispositivos móveis apreendidos e de

retorno de mandado quebra de sigilo telemático para disponibilização às Promotorias de Justiça demandantes.

### 3.2 ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA INSTITUIÇÃO (ESTRATÉGICO/TI E PCA)

Esta contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP 2020-2029), especialmente nos seguintes objetivos:

- (a) Objetivo 1.1: **Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público.**
- (b) Objetivo 1.2: Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal.
- (c) Objetivo 3.5: Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras.
- (d) Esta contratação está prevista no **Item 0401/2025** do orçamento da DTIC para o ano de 2026 e está aderente com os valores institucionais de inovação e cooperação, visando prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras, fortalecendo os processos de comunicação e a imagem Institucional.
- (e) A contratação deverá constar no Plano de Contratações Anual da Instituição, observados o PDTI e os normativos aplicáveis, conforme a Resolução CNMP nº 283/2024.

### 3.3 ESTIMATIVA DA DEMANDA

Deverão ser adquirido 12 (doze) Discos rígidos (HD) internos de 2,4 terabytes, tendo em vista a necessidade de ampliação da capacidade de armazenamento do Núcleo de Inteligência.

### 3.4 PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Não há parcelamento do objeto ou há agrupamento de itens, de forma total ou em parte, tendo em vista que se trata de objeto único, qual seja aquisição de discos rígidos (HD) internos de 2,4 terabytes. Trata-se da aquisição de apenas 12 (doze) unidades de disco rígido, quantidade reduzida que não permite ganhos significativos com eventual divisão do objeto. O parcelamento implicaria a celebração de mais de um contrato ou a aquisição de marcas distintas, o que acarretaria aumento do custo administrativo e complexidade na gestão contratual, sem trazer benefícios econômicos relevantes. Tal circunstância comprometeria a economicidade e a eficiência da contratação. Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento é tecnicamente justificável, pois o fracionamento não se mostra vantajoso nem viável.

### 3.5 RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

Espera-se que haja o aumento do armazenamento de dados no âmbito do Núcleo de Inteligência, para fins de melhor atendimento das demandas.

Ressalta-se, de igual forma, que o Núcleo de Inteligência atende a todas as Promotorias de Justiça do Estado, o que demanda grande capacidade de armazenamento.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 REQUISITOS DO NEGÓCIO

Aumento da capacidade de armazenamento de dados no NIMP;

Garantir a continuidade dos serviços prestados pelo NIMP, os quais dependem da solução.

#### 4.2 REQUISITOS LEGAIS

Observar a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação;

Observar a Resolução n. 283, de 05 de fevereiro de 2024, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, os procedimentos relativos à contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos submetidos ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;

Observar a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

#### 4.3 REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

Foram verificadas e não existem para o objeto.

#### 4.4 REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

Não há requisitos de manutenção contratual, apenas garantia conforme item 4.11.

#### 4.5 REQUISITOS TEMPORAIS

Os equipamentos deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da ordem de fornecimento expedida pelo contratante.

Os equipamentos deverão possuir garantia, conforme consta no item 4.11.

#### 4.6 REQUISITOS DE SEGURANÇA

Foram verificadas e não existem para o objeto.

#### 4.7 REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

A contratada deverá observar os seguintes requisitos sociais:

(a) estar habilitada juridicamente e em regularidade fiscal, social e trabalhista (Art. 68º da Lei nº 14.133/21).

(b) cumprir o disposto no Inc. XXXIII, art. 7º da Constituição Federal de 1988, quanto ao emprego de menores.

Nas atividades de formalização do Contrato e na execução dos serviços contratados, a LICITANTE ou CONTRATADA deverá observar os seguintes Requisitos Ambientais:

(a) os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento e o menor impacto ambiental no descarte;

(b) a destinação dos equipamentos inservíveis observará as diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade do Plano de Logística Sustentável do MPRS, elaborado nos termos do Provimento nº 03/2023 (<https://www.mprs.mp.br/legislacao/portarias-pgj/17719/>);

#### 4.8 REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

Aquisição de 12 (doze) discos rígidos (HD) internos de 2,4 terabytes para armazenamento de dados em Storage IBM FlashSystem 5000 com as seguintes especificações: (a) disco rígido com interface SAS de 12 Gb/s; (b) capacidade de 2,4 TB; (c) tamanho externo de 2,5; (d) velocidade 10K RPM; (e) compatível com Storage IBM FileSystem 5000; (f) PARTNUMBER 2072-AL6B.

#### 4.9 REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

Foram verificadas e não existem para o objeto.

#### 4.10 REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

Foram verificadas e não existem para o objeto.

#### 4.11 REQUISITOS DE GARANTIA DO OBJETO

Os equipamentos deverão ter garantia de 36 (trinta e seis) meses. Tal exigência justifica-se pela natureza dos discos rígidos do tipo SAS, projetados para operar em regime de 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) em servidores e *storages*. Dado o estresse mecânico e térmico contínuo a que estes componentes são submetidos, a garantia de 36 (trinta e seis) meses é essencial para cobrir eventuais vícios de fabricação que possam se manifestar posteriormente. Além disso, tal prazo alinha-se às práticas padrão do mercado de TI para hardware corporativo, assegurando o retorno sobre o investimento e evitando custos adicionais de reposição a curto prazo para a Administração.

4.11.1. Os equipamentos (discos rígidos) deverão possuir garantia de 36 (trinta e seis) meses, na modalidade on-site, contados a partir da data de recebimento definitivo.

4.11.2. A garantia deve cobrir integralmente defeitos de fabricação, falhas de funcionamento, problemas de firmware ou vícios ocultos, garantindo a substituição do item defeituoso sem qualquer ônus para a Administração.

4.11.3. O acionamento da garantia será realizado pela equipe técnica da CONTRATANTE (via telefone, e-mail ou portal web indicado pela fornecedora), mediante a informação do número de série do equipamento defeituoso.

4.11.4. O procedimento de garantia consistirá na substituição do hardware (troca), observando-se os seguintes critérios:

(a) a CONTRATADA deverá realizar a entrega do disco rígido novo nas dependências da CONTRATANTE (Porto Alegre/RS) e a coleta do disco defeituoso;

(b) o prazo máximo para a entrega do disco de reposição será de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado;

(c) o item de reposição deve ser novo, original, de mesmo modelo/*part number* ou superior, sendo vedado o fornecimento de discos reconicionados (*refurbished*) ou remanufaturados;

(d) Caso o modelo original tenha sido descontinuado, a CONTRATADA deverá fornecer modelo de especificação técnica superior, garantindo total compatibilidade com a controladora e o servidor onde o disco será instalado.

4.11.5. Considerando a natureza do objeto (componente de hardware de servidor), a instalação física e lógica do disco de reposição será realizada pela própria equipe técnica da CONTRATANTE, dispensando-se a presença de técnico da CONTRATADA para a execução do serviço, bastando a entrega do item.

4.11.6. A CONTRATADA deverá fornecer, quando solicitado e se necessário para o reconhecimento do disco, os arquivos de atualização de firmware compatíveis com o hardware fornecido.

#### 4.12 REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Não se aplica.

#### 4.13 REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

Foram verificadas e não existem para o objeto.

#### 4.14 REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

4.14.1 Considerando a natureza do objeto (componente de hardware de servidor), a instalação física e lógica do disco de reposição será realizada pela própria equipe técnica da CONTRATANTE, podendo solicitar-se presença de técnico da CONTRATADA para a execução do serviço, em caso julgue-se necessário.

#### 4.15 REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Foram verificadas e não existem para o objeto.

#### 4.16 PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

#### 4.17 OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS

Não se aplica.

4.18 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

### 5. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) manter preposto aceito pela Administração;
- j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017).

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1 ROTINAS DE EXECUÇÃO**

- 6.1.1. O objeto deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da ordem de fornecimento expedida pelo contratante;
- 6.1.2. O local para entrega será a sede do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Rua Santana, 440 – Torre B, 4º andar, bairro Santana, Porto Alegre/RS, CEP 90040-144 – telefone: (51) 3295- 8728;
- 6.1.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato de entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações deste Termo;
- 6.1.4. O recebimento definitivo dos bens se dará no prazo de 10 dias após o recebimento provisório, depois da verificação da sua qualidade, quantidade e consequente aceitação;
- 6.1.5. Não serão aceitos bens que não atendam fielmente às especificações técnicas;

6.1.6. Caso não estejam de acordo com o exigido, os bens serão devolvidos à contratada, que terá o prazo de 10 dias para providenciar sua substituição.

6.1.7. O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega do bem;

6.1.8. O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo do objeto;

6.1.9. O pagamento será efetuado, por meio de depósito em conta corrente e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão suportadas pela contratada;

6.1.10. Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a Nota Fiscal destacar os valores correspondentes;

6.1.11. Os preços serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano da data limite para a apresentação das propostas, na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

6.1.12. O reajuste será processado por apostilamento.

## 6.2. QUANTIDADES MÍNIMAS

Não se aplica.

## 6.3. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

## 6.4. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

## 6.5. SUBCONTRATAÇÃO:

É vedada a subcontratação.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

### 7.1. FORMALIZAÇÃO:

- ☒ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato
- ☐ Contrato

### 7.2. ORDEM DE SERVIÇO:

- ☒ Uma ordem de serviço para todo o contrato
- ☐ Várias ordens de serviço, sob demanda, durante a execução do contrato

### 7.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.3.1 A execução do contrato será coordenada apenas pelo fiscal, que acumula as funções de gestor e fiscal.

#### 7.3.2 Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

FISCAL: JOSÉ INÁCIO MIRANDA GARCIA

Técnico do Ministério Público

Unidade de Inteligência Digital do NIMP

E-mail: joseinacio@mprs.mp.br

Telefone: (51) 3295-8728

FISCAL SUBSTITUTO: CLEBER SOUZA UGHINI

Analista do Ministério Público

Unidade de Inteligência Digital do NIMP

E-mail: ughini@mprs.mp.br

Telefone: (51) 3295-8726

7.3.3 O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.3.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.3.5 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) anotar no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;



- c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, determinando prazo para a correção;
- d) comunicará o gestor do contato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

#### 7.4 SANÇÕES

7.4.1 Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) multa por atraso: 0,5% sobre a parcela inadimplida por dia de atraso, no máximo de 20 dias;
- b) advertência
- c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.4.2 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

### 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

#### 8.1 INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

Não haverá avaliação da execução por instrumento de medição de resultado (IMR).

#### 8.2 RECEBIMENTO

8.2.1 Haverá recebimento dos serviços conforme abaixo:

- a) **Provisoriamente**, na data da entrega dos equipamentos, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) **Definitivamente**, pelo gestor do contrato, no prazo de até 10 dias após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.2.1.1 O recebimento definitivo dos serviços após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) verificar documento dos fiscais técnicos e requisitantes, acerca da prestação dos serviços e cumprimento das obrigações;

b) realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

c) emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

8.2.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

8.2.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.5 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

### 8.3 PAGAMENTO

8.3.1 A remuneração se dará por meio de depósito em conta corrente e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão suportadas pela contratada.

8.3.2 O documento fiscal deverá ser apresentado no ato de entrega provisória dos bens.

8.3.3 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.3.3.1 A Nota fiscal deverá ser enviada:

a) Aos cuidados de: Unidade de Apoio Administrativo DTIC, Rua General Andrade de Neves, 106, 9º andar, Centro, CEP 90.010-210, Porto Alegre/RS

b) Endereço de e-mail: nf-adi@mprs.mp.br

c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: 51-32958311/8310

8.3.3.2 A data da nota fiscal deve ser posterior à Ordem de Fornecimento expedida.

8.3.3.3 A nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.3.3.4 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3.3.5 Sendo o caso de pagamento *pro rata die*, será adotado o mês comercial (30 dias).

8.3.3.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.3.4 Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

☒ Não

☐ Sim.

8.3.5 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo do objeto.

8.3.6 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.3.7 O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

#### 8.4 REAJUSTE

8.4.1 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

8.4.2 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos artigos 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços

validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se feito).

8.4.3 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

## **9. PROTEÇÃO DE DADOS**

- ☒ O objeto do contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa não atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).
- ☐ O objeto do contrato envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).

## **10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **10.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- ☐ Menor preço global
- ☒ Menor preço por item

### **10.2 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)**

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021)
- ☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06

- ☐ O tratamento diferenciado observa regra de mercado ou exceção legal:
  - ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
  - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

### 10.3 EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

#### 10.3.1 Carta de Solidariedade

- ☒ Não será exigida Carta de Solidariedade
- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor)

#### 10.3.2 Laudos e Declarações

- ☒ Não serão exigidos laudos e declarações.
- ☐ Serão exigidos laudos e declarações.

### 10.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- ☐ Haverá
- ☒ Não haverá

### 10.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- ☒ Não haverá

### 10.6 CONSÓRCIO

- ☒ Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.

## 11. ESTIMATIVA DO VALOR

O valor para o quantitativo total da contratação é de R\$ 43.836,72 (quarenta e três mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos).

**Documento produzido pela equipe de planejamento:**

	Nome
Integrante da área requisitante	Danieli Milczarek e José Inácio Miranda Garcia
Integrante da área técnica	Gabriel dos Santos Castilho
Integrante da área administrativa	Roni Martins Botelho

**Aprovação:**

---

Autoridade máxima da área responsável pela condução